Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 14 Nº 28, Janeiro - Junho de 2022
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

A história da remoção de matérias fecais e águas servidas em cubos, na cidade de Pelotas, RS (1875-1925)*

The history of fecal matter and wastewater removal in cubes, in the city of Pelotas, RS (1875-1925)

Fabiano Quadros Rückert*
Jonathan Fachini da Silva**

Resumo: O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa centrada na história do Serviço de Asseio Público na cidade de Pelotas (Brasil, RS), no período entre 1875 e 1925. Dentro deste marco temporal, a pesquisa explorou a crescente preocupação do poder público com o a remoção das matérias fecais e águas servidas em cubos e com os riscos que esta prática representava para a salubridade urbana. Por meio da consulta em fontes documentais, buscamos compreender como a municipalidade pelotense atacou o problema da coleta e descarte das matérias fecais. Os documentos indicam que, a partir de 1903, a preocupação sanitária coexistiu com estratégias administrativas voltadas para o equilíbrio entre a receita e despesa que anualmente o Asseio Público gerava para os cofres da municipalidade.

Palavras-Chaves: salubridade urbana; Serviço de Asseio Público; higiene; Pelotas.

Abstract: The article presents the results of a research focused on the history of the Public Cleaning Service in the city of Pelotas (Brazil, RS), in the period between 1875 and 1925. Within this time frame, the research explored the growing concern of the public power with o the removal of fecal matter and wastewater in cubes and with the risks that this practice represented for urban health. By consulting documentary sources, we seek to understand how the municipality of Pelotas attacked the problem of collection and disposal of fecal matter. The documents indicate that, from 1903 onwards, health concerns

* A produção deste artigo contou com o apoio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
* Doutor em História. Professor Adjunto de História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. Pós-Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: fabianoqr@yahoo.com.br.
** Doutor em História. Professor Referência da Área de Ciências Humanas da EJA-EaD do SESI-RS. Tutor a Distância do Curso de História Licenciatura UAB/UNIPAMPA. E-mail: j_fachini@hotmail.com.

coexisted with administrative strategies aimed at balancing revenue and expenditure that Public Cleanliness generated annually for the municipality's coffers.

Keywords: urban health; Public Cleaning Service; hygiene; Pelotas.

Introdução

No final do século XIX, e de forma mais acentuada nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Pelotas, localizada no sul do Brasil, foi gradualmente transformada por dois processos interligados. O primeiro foi de ordem demográfica: a população aumentou em ritmo acelerado, sobretudo no antigo perímetro urbano. O segundo processo foi provocado pelo crescimento no número de imóveis construídos e pela oferta de serviços urbanos, dentre os quais constavam o abastecimento de água, a iluminação pública e a remoção de matérias fecais e águas servidas em cubos.

Parte das transformações ocorridas na cidade de Pelotas, dentro do marco cronológico que fixamos (1875-1925) foi financiada com capitais privados. Outra parte foi produto de investimentos públicos. A distinção entre capitais privados e investimentos públicos é pertinente para refutarmos a ideia de uma urbanização controlada pela municipalidade pelotense e para relativizarmos o peso das ações políticas no uso do solo urbano. Neste sentido, importa reconhecermos que o capital privado exerceu um papel importante na urbanização de Pelotas. Foi o capital privado que possibilitou a inauguração dos bondes administrados pela Companhia Ferro Carril e Caes de Pelotas, fato ocorrido em 1873. Ele também financiou o sistema de abastecimento de água inaugurado pela Companhia Hidráulica Pelotense, em 1875; e fomentou a construção e comercialização de habitações populares, nos primeiros decênios da República (SOARES, 2002).

A bibliografia produzida por historiadores, geógrafos e arquitetos a respeito da urbanização de Pelotas oferece importantes informações para a compreensão dos fatores econômicos e políticos que influenciaram no desenvolvimento de Pelotas. E a mesma bibliografia destaca tensões sociais e problemas sanitários decorrentes da experiência de urbanização pelotense. Dentro desta bibliografia, o Serviço de Asseio Público – também denominado de

"serviço de remoção de matérias fecais e águas servidas" – ainda não recebeu uma abordagem mais aprofundada.

A prática da remoção de matérias fecais e águas servidas em cubos foi adotada em muitas cidades do Brasil, tanto no Império, quanto nas primeiras décadas da República. A sua finalidade era preservar a salubridade urbana por meio da proibição do descarte de matérias fecais e águas servidas em quintais, vias públicas e terrenos baldios. Como demonstrou Alain Corbain (1988), em sua clássica obra sobre a história das relações entre o olfato e as práticas de higiene, a preocupação com o destino dos excrementos humanos estava relacionada à teoria dos miasmas e ao medo de transmissão de doenças pela atmosfera.

Para evitar a contaminação do ar pelos miasmas, os higienistas recomendavam afastar os dejetos humanos para longe das áreas urbanas e advertiam para o risco da transmissão de doenças pela deterioração da atmosfera. As recomendações e advertências se tornaram mais recorrentes durante as epidemias de varíola, febre amarela e cólera que eclodiram ao longo do oitocentos. Em muitas localidades da América Latina, as grandes epidemias do século XIX motivaram a realização de investimentos em equipamentos e serviços voltados para a manutenção da higiene pública (RECALDE, 1993; CASTRO SANTOS, 1994; CHALHOUB, 1996; RODRIGUES, 2012; JIMÉNEZ, 2015).

Na cidade de Pelotas, a preocupação com salubridade urbana intensificou-se a partir da epidemia de Cólera de 1855. Diante do impacto do Cólera, a municipalidade pelotense promoveu diversas medidas sanitárias e implantou o Serviço de Asseio Público, inicialmente ofertado por uma empresa privada, autorizada pela Câmara Municipal (GUTIERREZ, 1999; SOARES, 2002).

Seria incorreto dizer que o Serviço de Asseio Público de Pelotas nunca recebeu a atenção dos pesquisadores. Ester Gutierrez (1999), autora de uma obra de referência sobre a urbanização de Pelotas, afirma que, em 1887, o serviço foi criticado pela Comissão de Esgotos nomeada pela Câmara Municipal para estudar a proposta de construção da rede esgoto apresentada pelo engenheiro francês Gregório Howayn. No Parecer elaborado pela Comissão, a

cidade foi considerada insalubre porque apresentava índices de mortalidade anual superiores aos de muitos sítios urbanos da Inglaterra, França e Suécia. Os membros da Comissão argumentaram que a cidade estava localizada sobre uma espessa camada de argila e que este tipo de solo dificultava a infiltração dos líquidos descartados. Os líquidos acumulados no solo geravam odores, contaminavam a atmosfera e contribuíam para a transmissão de doenças. Quanto ao serviço de remoção de matérias fecais existente, este foi considerado perigoso, insalubre e inadequado (GUTIERREZ, 1999, p.302).

Lorena Almeida Gill (2007), ao pesquisar a história da tuberculose e dos tuberculosos em Pelotas, abordou fatores que afetavam a saúde da população e concedeu especial atenção para o problema do saneamento. Segundo Gill (2007, p. 144), em 1890 "a cidade contava com 4.200 prédios e a empresa de Asseio Público tinha somente 1.000 assinantes." Os números evidenciam uma baixa adesão dos citadinos ao serviço e nos permitem inferir que a maior parte dos proprietários de imóveis descartava as matérias fecais em fossas cavadas nos quintais ou em terrenos baldios – situação que preocupava as autoridades sanitárias.

Com base nos estudos de Xavier (2010) e Rückert (2016) sabemos que a imprensa pelotense publicou diversos textos criticando a qualidade do Serviço de Asseio Público. Xavier abordou o posicionamento da imprensa a respeito das obras de saneamento executadas em Pelotas, nos decênios finais do Império e no começo da República. Rückert (2016), por sua vez, interpretou o interesse da imprensa pelotense pela remoção das matérias fecais como parte da politização da higiene que estava em curso no Rio Grande do Sul, na transição do século XIX para o XX. Dentro deste processo, a imprensa contribuiu para a construção e difusão do discurso higienista e provocou discussões sobre a necessidade intervenção do governo nas práticas de higiene da sociedade.

Considerando o conhecimento histórico já existente a respeito do tema, e sem perder de vista que as práticas de higiene são dinâmicas e mutáveis, optamos por abordar a história do Asseio Público de Pelotas, a partir dos seguintes tópicos: (a) a situação do serviço durante o período em que foi executado por empresas privadas, mediante contratos de concessão firmados com a municipalidade; (b) a encampação da *Empreza Asseio Pelotense*,

realizada pela Intendência de Pelotas em 1903; (c) a epidemia de febre tifoide que atingiu Pelotas em 1905; e (d) o registro das receitas e despesas geradas pelo serviço de remoção de matérias fecais e águas servidas, no período entre 1903 e 1924.

Os primórdios do Serviço de Asseio Público em Pelotas

Na bibliografia especializada não foi possível identificar o ano de implantação do serviço de remoção de matérias fecais e águas servidas em cubos, na cidade de Pelotas. Na documentação consultada, o primeiro registro sobre a existência deste serviço data de 1875. Neste ano, o jornal *Correio Mercantil* publicou um texto criticando a maneira com o serviço era realizado e cobrou maior empenho das autoridades responsáveis pela salubridade pública.[1] Naquela ocasião, existiam duas empresas privadas realizando a coleta e higienização dos cubos, ambas autorizadas pela municipalidade. As condições de prestação do serviço e as taxas cobras pelas empresas eram fixadas pela municipalidade.

Conforme demonstram as pesquisas de Xavier (2010) e Rückert (2016), mencionadas anteriormente, as publicações da imprensa pelotense criticando o Asseio Público foram recorrentes nas décadas finais do século XIX e no começo do século XX. Algumas críticas eram dirigidas para as empresas que executavam o a remoção dos cubos, outras eram dirigidas para a municipalidade que era responsável por fiscalizar a qualidade do serviço. Existiam também críticas dirigidas aos citadinos que não pagavam a taxa do Asseio Público e descartavam os dejetos fecais e águas servidas nas ruas e quintais.

> Queixam-se diversas pessoas, moradoras em ruas mais afastadas e até no centro da cidade, do intolerável abuso que cometem alguns moradores, fazendo em seus quintais o despejo das matérias fecais, abrindo para isso covas pouco profundas, onde essas matérias, expostas a uma temperatura elevada, fermentam, empesteando a atmosfera. É mais do que justificada esta queixa. [...] não sabemos porque, talvez por economia, algumas pessoas, [...], preferem incomodar a vizinhança e assim dar origem, em uma época de tão ardentes calores, a alguma epidemia, que se desenvolva por efeito de sua falta de limpeza, e da sua economia mesquinha e pouco lavada. A limpeza pública

[1] *Correio Mercantil*. 05 de março de 1875.

> é a grande necessidade das populações desenvolvidas, como o é já a d'esta cidade (*Correio Mercantil*. 29 de janeiro de 1875).

Na citação supramencionada, dois aspectos merecem uma atenção especial. Em primeiro lugar, destacamos a queixa de citadinos que pagavam pelo serviço do Asseio Público e que se sentiam incomodados pelos descartes em quintais feitos na vizinhança. Estes citadinos acreditavam que os excrementos enterrados nos quintais comprometiam a qualidade do ar e poderiam provocar epidemias. A crença nos permite inferir que a teoria dos miasmas não estava restrita aos médicos: ela era uma teoria que circulava por diferentes segmentos da sociedade da época. O segundo aspecto que merece destaque são as referências geográficas. Segundo o texto, as queixas procediam de pessoas "moradoras em ruas mais afastadas e até no centro da cidade". A distinção centro/periferia está implícita nesta passagem da citação e nos remete ao problema da disparidade na oferta dos serviços urbanos.

Durante as primeiras décadas da República, parte da crescente população pelotense instalou-se em áreas periféricas ao antigo núcleo urbano. Nestas áreas, o loteamento do solo e a construção de imóveis para classes populares tornou-se um negócio atrativo para os proprietários de terras e para os construtores. No entanto, a expansão das áreas de habitação para as periferias também se configurou como um problema para a gestão pública, sobretudo quando as áreas loteadas não estavam contempladas pelos serviços urbanos e as construções não atendiam as normas fixadas pela municipalidade.[2]

No que concerne ao Serviço do Asseio Público em Pelotas, nas primeiras décadas da sua existência, a oferta serviço foi limitada ao perímetro urbano e, consequentemente, ele não atendia as ruas da periferia da cidade.

A restrição do serviço no perímetro urbano de Pelotas possui uma relação com o sistema de zoneamento e tributação existente em todas as vilas e cidades do Brasil Imperial. Dentro deste sistema, o perímetro urbano original era definido pelo rossio – área entregue aos cuidados da Câmara de Vereadores.[3]

[2] O problema do crescimento desordenado da cidade de Pelotas na Primeira República foi contemplado por Lorena Almeida Gill no artigo intitulado "Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 189-1930" (GILL, 2006).

[3] Ao tratar da criação de núcleos urbanos em Minas Gerais, no período colonial, Fonseca (2011, p. 28) afirma que: "O rossio designava os terrenos cedidos pela Coroa, por meio de carta foral, para constituir patrimônio da municipalidade. O rossio era de usufruto comum, podendo ser

Todos os proprietários de imóveis localizados dentro do rossio deveriam pagar a décima [uma das principais fontes de renda das municipalidades] e, quando necessário, deveriam contribuir com taxas adicionais para melhoramentos nos serviços urbanos. Na prática, por meio deste sistema de zoneamento, as municipalidades do Brasil Imperial – e também as da Primeira República – concentravam os investimentos em obras e serviços que atendiam, prioritariamente, os citadinos residentes no perímetro urbano. E, por efeito colateral, protelavam os investimentos nas periferias.

A disparidade na oferta de serviços urbanos entre a zona central e as periferias prejudicava a qualidade de vida da classe operária – segmento social que buscou residência nas vilas e loteamentos em torno do centro (GILL, 2006). Cabe ressaltar que a divisão entre zona urbana e as zonas suburbanas impactava nas finanças públicas, na medida em que o sistema de impostos arrecadado pela municipalidade pelotense estava concentrado no perímetro urbano.

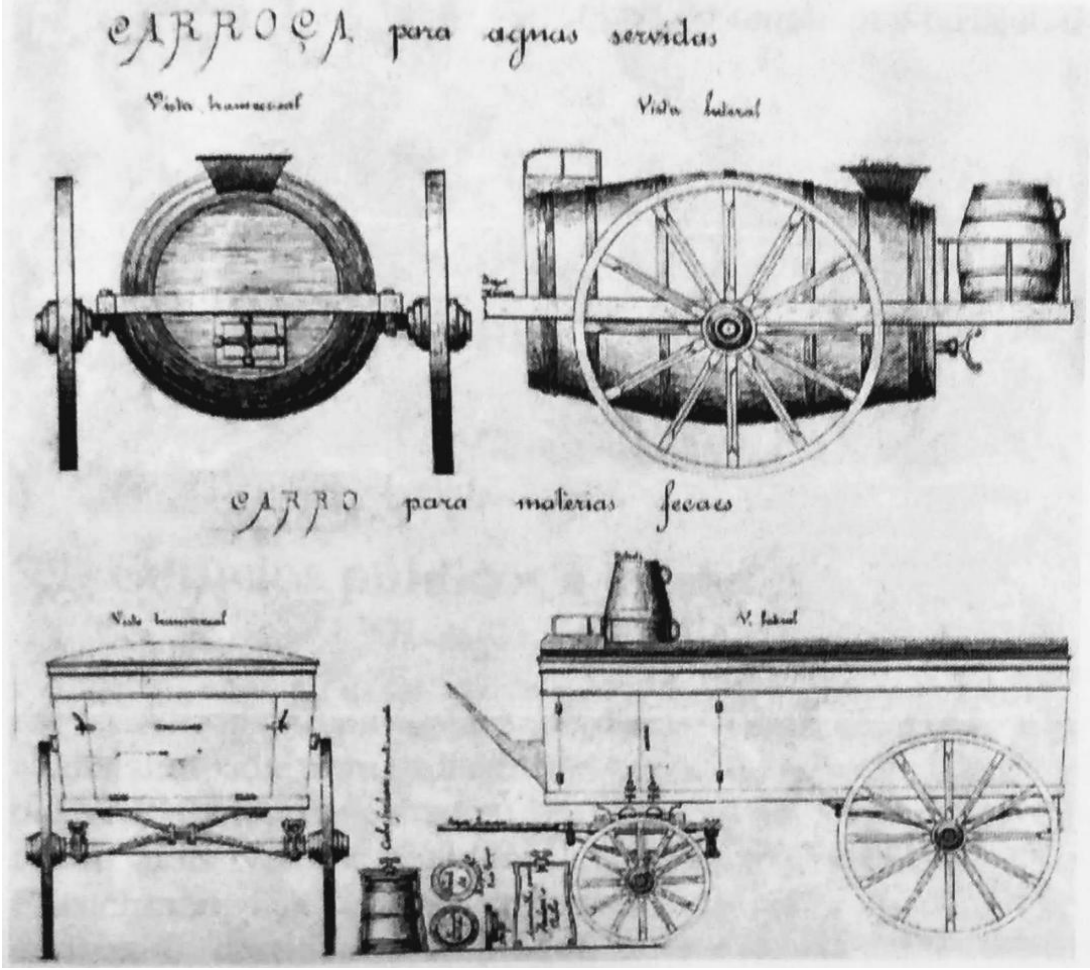
Em Pelotas, o zoneamento da cidade também influenciou na oferta Asseio Público. Os contratos de concessão fixavam, para a empresa concessionária, a obrigação de atender somente os imóveis do perímetro urbano. Na prática, as empresas foram beneficiadas com este zoneamento porque ALOCAVAM a mão de obra, os veículos e equipamentos na parte da cidade que possuía o maior número de imóveis edificados.

Dentro do perímetro urbano, a adesão ao serviço manteve-se como opcional até 1903. Na ausência da obrigatoriedade, a maior parte dos proprietários de imóveis optava por economizar e descartava as matérias fecais de outras formas. Estes proprietários que não contratavam o serviço de remoção em cubos,

> [...] geralmente abriam fossas nos quintais de suas casas para jogar os dejetos. Tão logo a fossa estivesse cheia, outra era construída, provocando a contaminação no terreno e nas águas do subsolo. Toda essa situação fez com que se gerasse uma discussão na cidade sobre a necessidade de se instituir a obrigatoriedade do serviço, transformando-o numa espécie de imposto (GILL, 2007, p. 144).

utilizado para pastos, plantações e obtenção de lenha. Servia ainda de reserva para futura expansão da vila, seja para moradia ou para abertura de caminhos e praças."

Figura 1: Veículos usados pelo Serviço de Asseio Público de Pelotas (s/data)



Fonte: GUTIERREZ, 1999, p. 303.

A discussão sobre a obrigatoriedade do Asseio Público prolongou-se por mais de duas décadas, tendo sido encerrada em 1903. Neste intervalo de tempo, a adesão de todos os imóveis do perímetro urbano ao serviço foi considerada uma opção secundária e a prioridade da municipalidade, foi direcionada para a construção da rede de esgotos.

Em 1887, a municipalidade fez um importante movimento na intenção de prover Pelotas de uma rede de esgotos. Neste ano, a Câmara Municipal aprovou o projeto apresentado pelo engenheiro Howyan e encaminhou a proposta de contrato das obras para apreciação da Assembleia Provincial (GUTIERREZ, 1999; SOARES, 2002). Depois de estudar a proposta, a Assembleia Provincial

autorizou o avanço nos trâmites necessários para a construção da rede de esgoto. Ainda nos primeiros anos do regime republicano, a municipalidade contratou uma empresa para a execução das obras – iniciativa que foi elogiada pela imprensa local. Mas em 1895, quando foi informada pela empresa contratada que o projeto Howyan apresentava erros de ordem técnica e precisava ser reformulado, a municipalidade rescindiu o contrato e desistiu de construir a rede projetada em 1887 (RÜCKERT, 2015, p. 129).

A encampação da *Empreza Asseio Pelotense*

Acumulando uma experiência fracassada na sua tentativa de construir a primeira rede de esgotos, Pelotas encerrou a década de 1890 dependente do Serviço de Asseio Público. Nestas condições, a preocupação com o destino das matérias fecais e águas servidas continuou ocupando um lugar destacado na imprensa e nas discussões políticas locais.

Desprovida de um projeto tecnicamente adequado e com limitações orçamentárias para construir a rede de esgotos, e por consequência, necessitando ampliar e aprimorar o Serviço de Asseio Público existente, a municipalidade se defrontou com duas opções: manter a prática da concessão, ampliando as exigências transferidas para a empresa concessionária; ou assumir a administração do serviço. Diante do impasse, em março de 1902, o Intendente propôs ao Conselho Municipal a encampação da *Empreza de Asseio Pelotense*. A proposta foi negada e no mesmo ano a municipalidade lançou um Edital fixando exigências para uma nova concessão (*Correio Mercantil*, 28 de maio de 1902). O Edital recebeu uma única proposta e ela partiu de Antônio Leivas Leite, o proprietário da empresa concessionária. Entretanto, por ter recebido apreciação desfavorável dos médicos consultados e por não atender todas as exigências da municipalidade, no dia 15 de junho de 1902, a proposta de Leite foi rejeitada.

Depois deste fato, e considerando a urgência do assunto, o Conselho Municipal mudou de posição e optou pela encampação do Asseio Público. As negociações entre a *Empreza de Asseio Pelotense* e a municipalidade foram concluídas no transcurso do ano de 1903. Ao término das negociações, o

material da empresa foi adquirido pela municipalidade ao custo de 28:000$000 (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1904, p. 25).

A encampação do Asseio Público possibilitou que a Intendência de Pelotas introduzisse modificações na coleta e no descarte das matérias fecais e águas servidas. No Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1904, além de mencionar a supressão do caráter facultativo do Asseio Público, o intendente descreveu as primeiras providências adotadas para o aprimoramento do serviço.

> 1ª – remoção geral obrigatória, duas vezes por semana – medida que determinará a completa extinção das fossas sépticas, melhorando também o estado de saturação do subsolo dos quintais;
> 2ª – lugar de descarga sobre o canal do S. Gonçalo, muito abaixo da cidade – condição que concorrerá fortemente para o saneamento do porto e limpeza do arroio Santa Bárbara, adjacente à cidade;
> 3ª – emprego de material rodante e vasilhame apropriado e abundante para que o material seja concluído até o meio dia. (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1904, p. 24-25)

Dentre as providências adotadas, a obrigatoriedade da adesão ao serviço foi a mais importante. Com este procedimento, a municipalidade reforçava a sua intervenção nas práticas de higiene dos citadinos e suprimia a prerrogativa da escolha ou rejeição do serviço. Completava-se assim, ao menos no âmbito das leis e atos administrativos, um movimento em prol da salubridade urbana iniciado em 1887 quando a Câmara Municipal proibiu o despejo de "matérias fecais e águas residuais nas ruas, praças e pátios". (SOARES, 2000, p.189).

No que diz respeito às outras providências encaminhadas pela municipalidade logo após a encampação, importa ressaltarmos a escolha de um novo local para os despejos. O local escolhido foi à antiga Xarqueada Valladares, propriedade com superfície superior a "500.000 metros quadrados", e com acesso para o canal São Gonçalo. Consta no Relatório da Intendência que a municipalidade investiu 13:000$000 na aquisição da metade da respectiva propriedade (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1904, p. 25).

Para viabilizar a gradual ampliação na receita do Asseio Público, além de instituir a obrigatoriedade da adesão ao serviço, a Intendência incluiu na Lei de Orçamento de 1904 uma tabela com as taxas que seriam cobradas pela remoção dos cubos (*Diário Popular*. 06 de janeiro de 1904). Foi neste momento que a imprensa local fomentou uma discussão sobre o aumento das taxas cobradas.

Em matéria publicada no dia 07 de janeiro, o jornal *Correio Mercantil* se posicionou da seguinte forma:

> Aumento de preços – Insistamos neste assumpto dos preços dos serviços de limpeza pública, que acaba de aumentar a intendência, escolhendo para isto a pior das ocasiões, quando são mais duras e negras as necessidades gerais. A agravação de ônus tem sido o característico da atual administração local sem que se proporcione ao povo as vantagens correspondentes ao que de mais se lhe exige. Assim é no serviço de limpeza. Temos hoje o que tínhamos ontem, apenas com uma diferença – mas cara. Para a empresa que funcionava o negócio da remoção de cubos era rendoso; para a intendência ainda será mais rendoso, pelo aumento que tem de assinantes com o serviço obrigativo. Devia por isto, reduzir os preços, em vez disto, aumentar. Não se explica e não se justifica tal elevação (*Correio Mercantil,* 07 de janeiro de 1904).

Defendendo a Intendência das críticas, o jornal *Diário Popular* apresentou números sustentando que o serviço organizado pela municipalidade era mais barato do que o anterior e elogiou os investimentos realizados na compra de novos cubos, na reforma dos veículos e na aquisição da Xarqueada Valladares (*Diário Popular*. 8 de janeiro de 1904). Os argumentos usados pelo *Diário Popular* foram contestados pelo *Correio Mercantil* que continuou protestando contra as taxas fixadas pela municipalidade. Cada um destes jornais produziu uma interpretação para as taxas criadas pela Intendência e ambos divergiam à respeito de como o serviço de Asseio Público deveria ser conduzido: o *Correio Mercantil* alegava que o lucro visado pelo aumento era desnecessário e que a prioridade do governo deveria ser facilitar o acesso ao Asseio para os mais pobres (*Correio Mercantil,* edições de 07, 09 e 12 de janeiro de 1904); o *Diário Popular,* por sua vez, respondia que obter lucro não era o objetivo da Intendência e que a prioridade era gerar os recursos necessários para a qualificação e expansão do serviço (*Diário Popular,* edições de 08, 10 e 13 de janeiro de 1904).

Apesar das críticas registradas na imprensa, a Intendência prosseguiu com o seu projeto de ampliação e qualificação do Asseio Público; e, no transcurso do ano de 1904, o despejo e a lavagem dos cubos passaram a ser feitos na antiga Xarqueada Valladares, nas margens do Canal São Gonçalo.

Os documentos consultados indicam que durante a transição da administração privada para a administração pública do serviço, a imprensa

pelotense manteve-se dividida entre críticos e adeptos das iniciativas promovidas pela municipalidade. No dia 05 de abril de 1904, o jornal *Correio Mercantil* publicou uma matéria informando que estava recebendo constantes reclamações sobre a qualidade dos cubos usados. Segundo o jornal, usuários escreveram afirmando que: "Os cubos são velhos, furados, imprestáveis, e, além disso, a sua lavagem é incompleta, de modo que se torna realmente insuportável a sua presença no interior das casas, cuja higiene prejudicam (*Correio Mercantil*, 05 de abril de 1904)." Dois dias depois, o *Diário Popular* respondeu afirmando que as reclamações eram improcedentes. Na opinião deste jornal: "O serviço nunca foi tão bem feito, como está sendo agora. A lavagem dos cubos é feita com todo o cuidado e regularidade (*Diário Popular*, 07 de abril de 1904)".

A existência de duas interpretações para o mesmo serviço, ambas publicadas na imprensa pelotense, não pode ser dissociada das disputas que existiam entre os membros da elite local. Neste sentido, o caso que estamos estudando refuta a tese de que a imprensa atuava de forma neutra. Os jornais de Pelotas – assim como os seus similares no Brasil da Primeira República – estavam comprometidos com ideias e grupos políticos e não atuavam de forma neutra na seleção e descrição dos fatos sociais.

O Serviço de Asseio Público e a epidemia de febre tifoide de 1905

Conforme demonstramos, a mudança no local dos despejos do Asseio Público foi uma das primeiras iniciativas da Intendência para qualificar o serviço. Sob o argumento de que o Arroio Santa Bárbara estava muito próximo do perímetro urbano e que as suas águas apresentavam pouca vazão, a municipalidade optou pelo descarte dos cubos no Canal São Gonçalo; investiu na aquisição da antiga Xarqueada Valladares e providenciou as obras necessárias para que o descarte e a lavagem dos cubos fossem realizados naquele local. A escolha do local foi justificada pela necessidade de preservar a salubridade urbana, afastando os despejos [e os miasmas] da área central da cidade. A iniciativa foi bem intencionada, mas diante da epidemia de febre tifoide que eclodiu em Pelotas, no verão de 1905, a escolha do novo local para o descarte do Asseio Público foi contestada (SCHWARTSMANN; RÜCKERT, 2018).

Em abril de 1905, surgiram diversos casos de febre tifoide nas margens do São Gonçalo. Reagindo aos sinais de uma incipiente epidemia, o Delegado Municipal de Hygiene, Dr. José Calero, ordenou a interdição da Cacimba da Prainha, local que na sua opinião, estava contaminado pelo bacilo de Eberth.

A medida preventiva adotada não eliminou a preocupação da corporação médica local. Interessada em investigar os fatores que poderiam ter provocado a epidemia de febre tifoide, a corporação – reunida no Centro Médico de Pelotas – nomeou uma Comissão para investigar o assunto.[4] A investigação resultou num Parecer que foi apresentado na reunião realizada pelo Centro Médico, no dia 17 de junho de 1905, no Lyceu Rio-Grandense.

O Parecer foi publicado integralmente no Jornal *Opinião Público, na edição do dia 19 de junho de 1905*. Trata-se de um documento interessante para a compreensão de como o saber médico da época interpretava as relações entre o ambiente, o contágio e a doença. Na intenção de investigar a possibilidade de transmissão da febre tifoide pelo consumo de água contaminada, a Comissão apresentou dados sobre 19 infectados pelo bacilo de Eberth que residiam nas margens do Canal São Gonçalo e constatou que eles consumiam águas de diferentes procedências. Na opinião dos autores do Parecer, a epidemia não poderia ter sido provocada pelo consumo de água na Cacimba da Prainha. Na busca de outra explicação para o surgimento dos casos de febre tifoide registrados no verão de 1905, a Comissão ouviu moradores da região e coletou relatos que indicavam uma relação entre a poluição das águas do Canal São Gonçalo e os despejos do Asseio Público realizados pela Intendência, na Xarqueada Valladares.

Na conclusão do Parecer, a Comissão afirmou estar convicta de que as águas do São Gonçalo foram poluídas pelo despejo de matérias fecais e indicou a Xarqueada Valladares como ponto de origem da doença, argumentando que, por meio do contato com as águas do São Gonçalo e com as margens infectadas, os moradores ribeirinhos foram contaminados pelo bacilo de Eberth.[5]

[4] A Comissão foi composta pelos médicos Francisco Simões, Drumond de Macedo e José Maria Moreira (*Opinião Pública*, 19 de junho de 1905).
[5] Segundo a Comissão, o contato dos ribeirinhos com a água do São Gonçalo ocorria por meio da lavagem das roupas, por meio de banhos feitos no local, e por meio da inalação do ar infectado por matérias fecais nas margens do canal (*Opinião Pública*, 19 de junho de 1905).

As conclusões do Parecer foram contestadas pelo Dr. Calero, que estava presente na reunião do Centro Médico. Segundo o Delegado de Higiene, o despejo do Asseio Público na Xarqueada Valladares não poderia ter provocado a epidemia de febre tifoide porque os primeiros casos foram notificados em abril e o serviço foi efetivamente instalado no local, no dia 15 de maio. Calero manteve sua opinião de que a Cacimba da Prainha teria sido o foco da disseminação dos casos de febre tifoide registrados nas margens do São Gonçalo.

As divergências a respeito da origem da epidemia de febre tifoide que atingiu a população pelotense em 1905 não foram encerradas na reunião do Conselho Médico. Depois da publicação do Parecer, a imprensa local publicou outros textos relacionados aos casos de febre tifoide – fato que indica o interesse dos jornais e dos leitores pelas questões referentes à higiene pública. Destas divergências, o que nos interessa é a percepção de que havia uma complexa relação entre o de Asseio Público e a salubridade urbana de Pelotas. Se executado de forma incorreta, o serviço poderia prejudicar a saúde da população. E, no sentido inverso, se executado com precaução e regularidade, ele reduzia o risco de transmissão de doenças.

Sem diminuir a importância das discussões suscitadas pela epidemia de febre tifoide entre os membros da corporação médica de Pelotas, consideramos pertinente registrar que o caso evidenciou a existência de espacialidades distintas dentro da mesma cidade. Na Pelotas de Primeira República, havia um núcleo central – uma área de maior densidade populacional, sede da administração municipal, das instituições culturais e de importantes estabelecimentos comerciais; e, simultaneamente, havia um conjunto de periferias ocupando áreas como as margens do Arroio Fragata e as margens do Canal São Gonçalo. Nestas periferias, dispersa entre antigas charqueadas, olarias, engenhos de arroz e fábricas de sabão e vela, residia uma população pobre que morava em habitações precárias e estava desprovida de serviços urbanos básicos. [6]

A presença de uma crescente população pobre nas áreas úmidas e alagadas das periferias, contrastava com a riqueza concentrada no centro de

[6] Sobre as condições de vida da população pobre na Pelotas da Primeira República, recomenda-se a leitura de Soares (2000 e 2002), Moura (2007) e Gill (2007).

Pelotas – cidade que vivia uma "modernidade aparente e incompleta, [...] (SOARES, 2000, p. 187)."

O Asseio Público de Pelotas sob a perspectiva das finanças públicas

A encampação da *Empreza de Asseio Pelotense* provocou divergências entre as autoridades políticas de Pelotas e suscitou discussões na imprensa local. Alguns membros do Conselho Municipal entendiam que a construção da rede de esgotos deveria ser a prioridade da Intendência, outros entendiam que a municipalidade deveria assumir a administração da remoção das matérias fecais e águas servidas em cubos, ainda que este serviço fosse uma alternativa provisória para a manutenção da salubridade urbana. O grupo pró-encampação ficou com a decisão final.

Uma vez aprovada pelo Conselho Municipal e sancionada pelo Intendente, a encampação resultou na incorporação de uma nova rubrica nas finanças da administração municipal de Pelotas. A partir do acordo que resultou na aquisição dos equipamentos da *Empreza de Asseio Pelotense*, a taxa paga pelos imóveis contratantes da remoção em cubos passou a ser dirigida para os cofres municipais, sendo registrada como "receita". Simultaneamente, como consequência da encampação, a Intendência assumiu os gastos necessários para a oferta do serviço e registrou os valores como "despesa" do Asseio Público.

Transformado em serviço público municipal, o Asseio Público passou a receber uma atenção especial do executivo municipal que anualmente, registrou, nos Relatórios da Intendência, os números referentes à "receita" e "despesa" do respectivo serviço. Por meio da seriação destes registros, foi possível identificar mudanças e continuidades no Asseio Público de Pelotas.

Durante a pesquisa que resultou neste artigo, localizamos 15 Relatórios da Intendência Municipal de Pelotas publicados no período entre 1903 e 1925.[7] O conjunto de documentos localizados, apesar de não contemplar todos os anos do marco cronológico fixado, oferece elementos para uma análise do Serviço de Asseio Público, dentro do quadro mais amplo das finanças municipais de Pelotas.

[7] Os Relatórios foram localizados na Biblioteca Pública Pelotense. No acervo da mesma instituição foram localizados os jornais usados no presente artigo.

Antes de analisar os dados extraídos das fontes documentais, importa ressaltarmos que a municipalidade de Pelotas iniciou o Regime Republicano empenhada em prover a cidade de uma rede de esgoto. E, consequentemente, o Asseio Público, apesar da sua indiscutível relevância sanitária, foi administrado como um serviço de higiene pública provisório. Nos planos da municipalidade, e também no discurso dos médicos e engenheiros, ele deveria ser substituído, o mais breve possível, pela rede de esgoto.

Neste aspecto do estudo, a reflexão de Antoine Prost (2017) a respeito das particularidades do conhecimento que o historiador possui sobre o passado nos parece pertinente. Segundo o autor, por conhecer previamente o resultado de um determinado processo histórico, o historiador corre o risco de interpretar este resultado como o único possível ou como algo inevitável.[8] Para evitar este risco, ele adverte para a necessidade de a história aceitar e valorizar a existência de dúvidas e divergências entre os sujeitos do passado (PROST, 2017).

Aplicando a advertência de Prost para a história do Asseio Público em Pelotas, importa reconhecermos que a Intendência assumiu o controle do serviço sem ter uma previsão de quanto tempo seria necessário manter a remoção de matérias fecais e águas servidas em cubos. Isto significa dizer que, as informações coletadas nos documentos sobre o Asseio Público de Pelotas precisam ser inseridas no contexto da época, e, naquele contexto, a construção da rede de esgoto estava nos planos das autoridades municipais e nas páginas da imprensa local, mas o tempo que seria necessário para a materialização dos planos, era uma incógnita.

Cientes de que a encampação foi uma medida emergencial e provisória, resta sabermos como a municipalidade administrou financeira e tecnicamente, o Serviço de Asseio Público, a partir de 1903. E os Relatórios de Intendência oferecem pistas para este assunto.

[8] Segundo Prost (2017, p. 164, grifos do autor): "O historiador está, de alguma forma, 'adiantado' em relação ao tempo que estuda: ele pode diagnosticar, com toda certeza, o que vai produzir-se já que o fato já ocorreu. [...] O conhecimento retrospectivo do que era o futuro para os homens do passado, corre o risco, efetivamente, de perverter a reconstituição do horizonte de expectativa e de reduzi-lo ao ponto de obcecar, inclusive, o historiador em relação às possibilidades contidas na situação."

No Relatório da Intendência de 1904 – o primeiro ano em que o serviço foi administrado pela municipalidade, constam a "receita" e a "despesa" geradas pelo Asseio Público no primeiro semestre de 1904.

Quadro 1: primeiro balanço financeiro do Asseio Público publicado pela Intendência

Receita		**Despesa**	
Item	*Valor*	*Item*	*Valor*
Remoção de matérias	35:292$330	Pessoal Externo	13:822$860
Idem de águas servidas	458$000	Idem Interno	5:210$000
		Aluguel de casa	600$000
		Forragens	2:243$760
		Materiais	12:419$920
Total	35:750$330	**Total**	34:296$520

Fonte: MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1904, p. 05.

Os primeiros registros sobre a movimentação financeira do Asseio Público coletados pela Intendência indicam que o serviço, na sua parte operacional, não acarretou déficit para a municipalidade. Contudo, devermos observar que os investimentos realizados no ato da encampação e na compra da Xarqueada Valladares, não foram incluídos no balanço financeiro apresentado pelo Intendente para apreciação do Conselho Municipal.[9]

Com base nos registros documentais, constatamos que uma parcela de usuários pagava a "taxa reduzida" e que existiam usuários atendidos gratuitamente. Não foi possível identificar o que justificava a concessão da "taxa reduzida" para determinados usuários. Contudo, sabemos que a gratuidade era concedida para sujeitos classificados como "indigentes" e para instituições que prestavam serviços filantrópicos, com era o caso do Asilo de Órfãos da Senhora da Conceição, do Asilo São Benedito, do Asilo de Mendigos e da Biblioteca Pública Pelotense (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1906, p. 36). No que diz respeito à "taxa reduzida", os Relatórios registram um gradual aumento no número de usuários enquadrados nesta modalidade de pagamento: em 1904, existiam 5, em 1910, o número havia subido para 310 (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1911, p. 86)

[9] Os recursos aplicados pela Intendência na aquisição do patrimônio da *Empreza de Asseio Pelotense,* assim como os recursos aplicados na desapropriação da Xarqueada Valladares, constam na documentação consultada. No entanto, foram registrados em outras rubricas.

O registro constante no número de usuários e o uso de categorias para classifica-los era um procedimento importante para assegurar a viabilidade técnica e financeira do serviço. Por meio deste registro, a Intendência monitorava o seu próprio desempenho e identificava possibilidades de otimização dos recursos aplicados.

Na documentação consultada, percebe-se um padrão no registro do Serviço de Asseio Público em Pelotas: anualmente, o intendente informava ao Conselho Municipal a situação dos "Serviços Municipais" e na seção intitulada "Asseio Público", ele indicava o valor da "receita" e da "despesa" gerada, informava o número de funcionários ocupados e descrevia o material usado. Com certa frequência, o Intendente registrava sua opinião sobre o andamento do serviço. Em linhas gerais, este era o padrão de apresentação dos dados referentes ao Asseio Público registrados nos Relatórios da Intendência de Pelotas. Outro tipo de apresentação pode ser encontrado nos anexos que eventualmente eram incorporados aos Relatórios. Na pesquisa que realizamos, localizamos, no Relatório da Intendência de 1911, um anexo com dados referentes à expansão do Asseio Público.

Quadro 02: expansão do Asseio Público de Pelotas entre 1904 e 1910

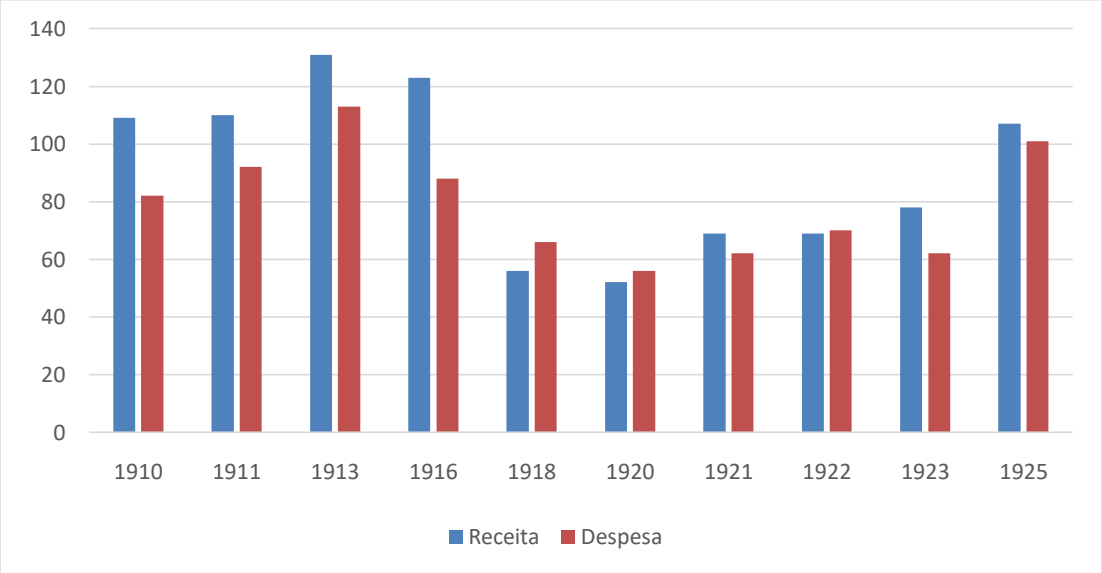
Ano	*Assinantes*	*Gratuitos*	*Total de Prédios*
1904	2.325	37	2.362
1905	3.022	105	3.127
1906	3.269	111	3.380
1907	3.345	98	3.343
1908	3.510	115	3.625
1909	4.004	147	4.151
1910	4.402	195	4.597

Fonte: MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1911, p. 86 [Adaptado do Anexo 11]

A tendência de crescimento no número de "assinantes" observada no **Quadro 2**, manteve-se nos anos seguintes. Em 1914, o serviço registrou 5.483 "assinantes" (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1916, p. 39). Parte deste aumento foi consequência da imposição da obrigatoriedade da adesão – estratégia usada pela Intendência para ampliar a receita. Outra parte foi o resultado dos

investimentos públicos realizados para qualificar e expandir a oferta do serviço. Os investimentos da Intendência incluíam, além da já mencionada compra da Xarqueada Valladares, a construção de galpões para cocheiras e depósito de material, a aquisição de novos cubos,[10] a instalação de uma oficina para reparos de cubos danificados, a ampliação no número de carroças e de animais de tração usados no serviço. Os valores usados na aquisição ou reparo dos materiais eram anualmente registrados na rubrica da "despesa", dentro da qual também estava incluído o valor aplicado anualmente na compra de "forragem" para os animais e os gastos com o "pessoal" empregado.

Gráfico 1: Comparativo entre a "receita" e a "despesa" do Asseio Público em Pelotas



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Relatórios da Intendência de Pelotas.

No **Gráfico 1** é possível observar que o balanço anual entre "receita" e "despesa", geralmente, era positivo. Na série de dez anos apresentada acima, somente em três anos (1918, 1920 e 1922) o saldo foi deficitário. Entretanto, os números indicam uma gradual redução na diferença entre as duas rubricas.

Observamos pouca alteração no número de trabalhadores empregados no Asseio Público. No ano de 1906, a realização do serviço ocupava 36 pessoas. Em 1921, o mesmo serviço empregava 41 pessoas, sendo 23 classificados como

[10] No período entre 1904 (primeiro ano da administração pública do serviço) e 1910, o número de cubos em uso no Serviço de Asseio Público passou de 2.694 para 4.404 (MUNICÍPIO DE PELOTAS,1910, p. 36). O aumento incluía os novos cubos de metais adquiridos pela municipalidade de Pelotas.

"jornaleiros", ou seja, pessoas que trabalhavam por jornadas. Os documentos consultados evidenciam distinções entre cargos do setor administrativo, profissionais da oficina de reparos e ajudantes, e os empregados na remoção e limpeza dos cubos. As distinções entre os cargos implicavam no pagamento de remunerações diferenciadas e estabeleciam hierarquias dentro da equipe de empregados do Asseio Público.

O aproveitamento da mão-de-obra empregada no serviço parece ter sido eficiente, sobretudo se considerarmos que a gradual expansão no número de imóveis atendidos gerou um constante aumento no volume de trabalho.

Em 1915, o serviço sofreu uma acentuada redução e o número de assinantes passou de 5.483 para 4.000. Neste ano, a primeira rede de esgotos de Pelotas foi parcialmente inaugurada e iniciou-se a transição do sistema de remoção das matérias fecais e águas servidas em cubos para o saneamento pela conexão dos imóveis com a rede de esgoto.

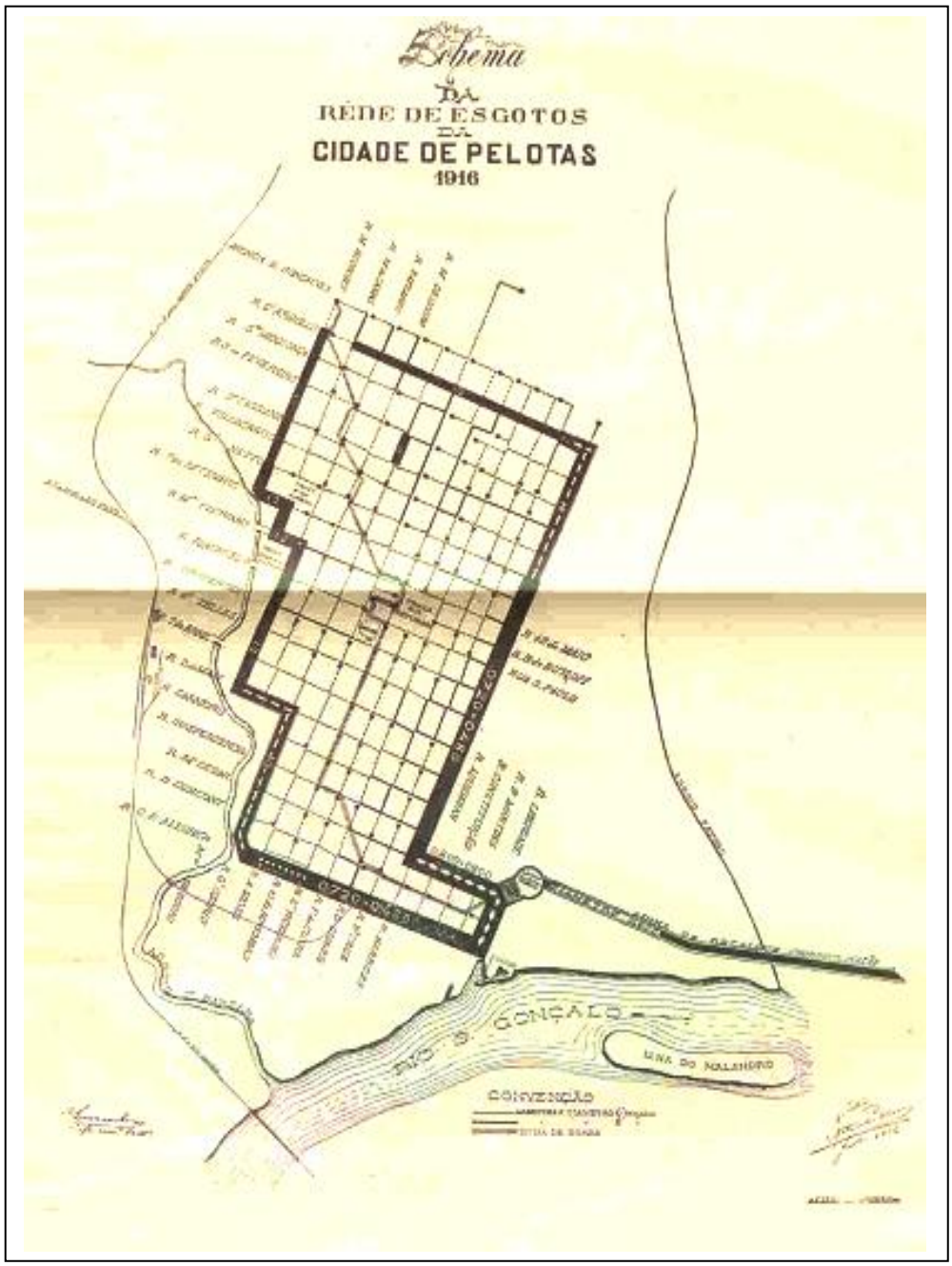
Mais do que uma obra de engenharia sanitária, a rede de esgoto de Pelotas representava uma conquista para a municipalidade que em outras ocasiões havia fracassado na iniciativa de prover a cidade deste melhoramento urbano. Como sabemos, a espera pela rede de esgotos em Pelotas foi longa. Ela começou na década final do Império quando a municipalidade se mobilizou para viabilizar a construção da rede de esgoto projetada pelo engenheiro Howyan. Posteriormente, em 1900, o engenheiro paulista Alfredo Lisboa elaborou um estudo propondo obras para o saneamento da cidade, mas a proposta não foi executada. Em 1910, Alfredo Lisboa revisou os seus estudos e apresentou o Projeto que foi efetivamente construído (RÜCKERT, 2015).

Durante a construção do Projeto de Alfredo Lisboa, a Intendência elaborou o Regulamento Sanitário implantado em 1913 (Ato n. 718), e, por meio dele, normatizou procedimentos relacionados à instalação do serviço de esgoto. Em 1915, ela implantou um novo Regulamento Sanitário (Ato n. 771) e reforçou a sua prerrogativa de intervenção nos espaços privados, em nome da higiene pública. De acordo com o Artigo 3 do Regulamento de 1915:

> A autoridade sanitária terá sempre livre ingresso em todas as habitações particulares e coletivas, prédios ou estabelecimentos de quaisquer espécies, terrenos cultivados ou não, lugares e logradouros públicos e neles fará observar os regulamentos municipais referentes à espécie. (GILL, 2007, p. 134).

Ainda em 1915, a Intendência implantou o Código de Construções e Reconstruções e determinou que todos os imóveis construídos no perímetro urbano atendido pela rede de esgotos fossem providos de conexões com a respectiva rede (SOARES, 2002, p. 97).

Figura 1 – Rede de esgoto existente em Pelotas em 1916



Fonte: **Fonte:** Soares (2002, p. 104).

Usando novos dispositivos de ordenamento do espaço urbano e contando com a primeira rede de esgoto, a municipalidade avançou na sua meta de tornar

Pelotas uma cidade higiênica. No entanto, entre a meta e a materialidade dos serviços de saneamento, havia uma grande distância: em 1915, quando a primeira rede de esgoto foi concluída, existiam 519 prédios conectados; dois anos antes, já existiam 6.648 prédios no perímetro urbano de Pelotas (GILL, 2007, p. 142).

No que concerne ao Serviço de Asseio Público, a inauguração da rede de esgoto impactou no seu funcionamento, mas não provocou a sua imediata extinção. A cidade estava se expandindo e nas suas periferias a remoção de matérias fecais e águas servidas em cubos continuou sendo a melhor opção para a manutenção da salubridade urbana. Em 1925, ano do último Relatório da Intendência que consultamos, o Asseio Público estava operando com 2.820 cubos e sendo executado por seis carroças. Ele atendia as ruas Garibaldi, Xavier Ferreira, D. Marianna, José do Patrocínio, Liberdade, Bento Martins, Álvaro Chaves, Aquidaban, Barroso, Gonçalves Chaves, praças Floriano Peixoto e Constituição e Avenida 20 de Setembro (MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1925, p. 16).

Por limitações impostas pelo corpus documental, nada sabemos sobre o Serviço de Asseio Público de Pelotas no período pós-1925 e desconhecemos o ano da sua extinção.

Considerações Finais

A história do Serviço de Asseio Público de Pelotas, apresentada neste artigo, se enquadra no conjunto mais amplo das pesquisas que exploram a historicidade dos fenômenos urbanos, nas suas dimensões materiais e imateriais.

No plano material, a prática da coleta e descarte de águas servidas e matérias fecais em cubos, apesar de ser desagradável e de receber constantes críticas da imprensa pelotense, foi necessária e contribuiu para a salubridade urbana. Por meio das discussões publicadas na imprensa sobre o custo e a eficiência do Serviço de Asseio Público, a sociedade manifestou uma crescente preocupação com a contaminação do ar, das águas e do solo, a qual foi compartilhada pela municipalidade que, em 1903, assumiu a administração do

serviço e promoveu diversas ações visando ampliar e qualificar a coleta e o descarte das águas servidas e matérias fecais.

O trabalho realizado pela municipalidade a partir da encampação da *Empreza de Asseio Pelotense*, sob certo aspecto, foi contraditório porque resultou no aprimoramento de um serviço que pela sua natureza era provisório. Neste sentido, como demonstramos no artigo, a gestão municipal do Serviço de Asseio Público de Pelotas não pode ser dissociada do movimento em prol da construção da primeira rede de esgoto – movimento iniciado no final no Império e finalizado em 1915, ano da conclusão da rede projetada por Alfredo Lisboa.

No plano imaterial, a documentação consultada oferece pistas para a interpretação de dois processos imaginários que coexistiram em Pelotas, na transição do século XIX para o XX. O primeiro foi a imaginação de uma cidade que aspirava ser moderna e que projetou na rede esgoto um dos elementos da sua modernidade. E, por efeito colateral, esta projeção motivou a depreciação da prática de remoção das águas servidas e matérias fecais em cubos. Dito de outra forma: o Serviço de Asseio Público, bem ou mal executado, foi considerado como uma negação da modernidade desejada pela elite pelotense. O segundo processo imaginário que perpassa as fontes documentais diz respeito a crença na capacidade de o saber científico identificar e atacar os problemas sanitários de Pelotas. Personificado no trabalho e no discurso de médicos e engenheiros, o saber científico ganhou importância nas discussões sobre a higiene pública e influenciou nas decisões da municipalidade pelotense.

Finalizando o artigo, consideramos ser pertinente enfatizar que ao longo de todo período contemplado pela pesquisa (1875- 1925), persistiram as diferenças entre o núcleo central da cidade [área que concentrou maior volume de investimentos em serviços públicos] e as periferias. Acreditamos que a existência destas diferenças – tanto em Pelotas, quanto em outras cidades do Brasil – demanda maior atenção dos historiadores, geógrafos, arquitetos e demais pesquisadores que se ocupam dos fenômenos urbanos.

Fontes documentais consultadas

Jornal *Correio Mercantil*.

Jornal *Diário Popular*.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 02 de setembro de 1904 pelo Intendente engenheiro José Barbosa Gonçalves**. Pelotas: Livraria Universal Echenique Irmãos & Cia., 1904.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1906 pelo Intendente engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos.** Pelotas: Typ. da Livraria Universal Echenique Irmãos & Cia., 1906.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1910 pelo Intendente engenheiro José Barbosa Gonçalves.** s/ local, s/editora, 1910.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1911 pelo Intendente engenheiro José Barbosa Gonçalves**. Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1911.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1913 pelo Intendente engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos.** s/ local, s/editora, 1913.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1915 pelo Intendente engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos.** s/ local, s/editora, 1915.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1916 pelo Intendente engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos.** s/ local, s/editora, 1916.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1917 pelo Intendente engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos.** s/ local, s/editora, 1917.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1918 pelo Intendente engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos.** s/ local, s/editora, 1918.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1919 pelo Intendente engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos.** s/ local, s/editora, 1919.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1920 pelo Intendente engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos.** s/ local, s/editora, 1920.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1921 pelo Intendente Dr. Pedro Luis Osorio.** Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1921.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo Intendente Dr. Pedro Luis Osorio.** Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1922.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1923 pelo Intendente Dr. Pedro Luis Osorio.** Pelotas: Typ. da Livraria do Globo, 1923.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Augusto Simões Lopes em 20 de setembro de 1925.** Porto Alegre: Livraria do Globo, Barcelos Bertaso e Cia., 1925.

Referências Bibliográficas

CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de. Um século de Cólera: itinerário do medo. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**, Vol. 4, Número 1, 1994, p. 79-110.

CORBIN, Alain. **Saberes e Odores.** O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril.** Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d`El Rei.** Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GILL, Lorena Almeida. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890-1930. **História Unisinos**, 10 (1), p. 45-52, 2006. http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6169

GILL, Lorena Almeida. **O mal do século***:* tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde pública em Pelotas (RS) 1890-1930. Pelotas: EDUCAT, 2007.

GILL, Lorena Almeida. Higiene. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório (Orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. 3 ed. Pelotas: Editora UFPEL, 2017, p. 154. Disponível em: http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%c3%a1rio%20de%20Hist%c3%b3ria%20de%20Pelotas.pdf

GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e sangue:** mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

JIMÉNEZ; Rogelio Marce. Problemática sanitaria y conflictos políticos en una ciudad del centro de Veracruz: la epidemia de cólera morbus de 1833 en Xalapa. **Secuencia**, n. 91, p. 67-101, 2015 Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0186-03482015000100003

MOURA; Rosa Maria Garcia Rolim de. Moradia popular e expansão urbana – as vilas proletárias pelotenses. ***História em Revista***, v. 12, p- 76-96, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11432

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História.** Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

RECALDE, Héctor. **Las epidemias de Cólera (1856-1895).** Salud y sociedad en la Argentina oligárquica. Buenos Aires: Corregidor, 1993.

RODRIGUES, Thiago Dargains. **A febre amarela no Rio de Janeiro e em Buenos Aires na década de 1870.** Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertao_thiago_dargains_rodrigues.pdf

RÜCKERT, Fabiano Quadros. **O saneamento e a politização da higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930).** Tese (Doutorado em História), UNISINOS, São Leopoldo, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4990/Fabiano%20Quadro%20R%c3%bcckert_.pdf?sequence=1&isAllowed=y

RÜCKERT, Fabiano Quadros. A politização da higiene na imprensa do Rio Grande do Sul (1875-1930). **Revista de História Regional**, 21(2): 597-627, 2016. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr

SILVEIRA, Aline Montagna da. **De fontes e aguadeiros à penas d'água.** Reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial no final do século XIX em Pelotas, RS. Tese (Doutorado

em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26032010-162420/publico/DE_FONTES_E_AGUADEIROS_DIGITAL.pdf

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade Urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. **Anos 90,** Vol. 8, n. 14, 2000, p. 184-201. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6801

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Del proyecto urbano a la producción del espacio***:* morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000). Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografía Humana, Universidad de Barcelona, Barcelona, 2002.

SCHWARTSMANN; Leonor Baptista RÜCKERT, Fabiano Quadros. A febre tifoide no Rio Grande do Sul da Primeira República: uma doença com história. **Oficina do Historiador,** Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 11, n. 2, jul./dez. 2018, p. 57-75.

XAVIER, Janaina Silva. **O saneamento em Pelotas (1871-1915):** o patrimônio sob o signo de modernidade e progresso. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010. <http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/.../1/Janaina_Silva_Xavier_Dissertacao.pdf>

Recebido em Abril de 2022
Aprovado em Junho de 2022